

Governo e oposição negociam prazo para socorro a bancos

Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil poderão adquirir carteiras de instituições financeiras por um período definido, conforme sugestão da oposição, que diz não desejar dar um "cheque em branco" ao Executivo

O diálogo entre o governo e o Congresso está acontecendo, afirmou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, após a reunião de ontem entre líderes partidários e o ministro da Fazenda, Guido Mantega. O principal resultado desse en-

tendimento inicial foi a possibilidade de se fixar um prazo de validade para a medida provisória que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem ativos de instituições financeiras em dificuldades. A sugestão foi feita pelo líder do DEM,

José Agripino, e aceita pelo ministro da Fazenda. Mas o líder do governo, Romero Jucá, discordou da idéia, porque a crise financeira internacional "não tem prazo para terminar". De qualquer forma, Garibaldi saudou a disposição para o diálogo. **4 e 5**



Paulo Lima

Cenário diferente do registrado na semana passada, quando Mantega cancelou vinda ao Senado: no gabinete de Garibaldi, ministro aceitou inclusive a possibilidade de mudar a MP para atender a oposição



José Cruz

Cristovam preside reunião em que a Comissão de Educação aprova várias matérias, entre elas iniciativa contra uso de drogas

Comissão propõe creches em conjuntos habitacionais

A Comissão de Educação aprovou ontem proposta que torna obrigatória a construção de creches em conjuntos habitacionais destinados à população

de baixa renda. O texto acolhido, um substitutivo de Marconi Perillo a projeto de lei de Marisa Serrano, segue para a Comissão de Assuntos Sociais. **8**

Parecer do Orçamento pode ser votado hoje

Reserva de estabilização fiscal e congelamento dos valores de emendas parlamentares são algumas propostas de Delcídio Amaral. **5**

Reajuste para carreiras típicas de Estado

Depois de votada pela Câmara, chegou ao Senado medida provisória que concede aumentos de salários a 45,6 mil servidores e 30 mil aposentados. **6**

Senadores querem regularizar terras para preservar Amazônia

A regularização fundiária preocupou a maioria dos senadores que participaram de audiência promovida por duas comissões do Senado para discutir questões relativas ao desmatamento na Amazônia e a aquisição de terras por estrangeiros. **7**



José Cruz

Audiência discutiu zoneamento da Amazônia e venda de terras a estrangeiros

Comissão de Desenvolvimento Regional pedirá a Mantega dados sobre o montante da renúncia antes de votar projeto sobre isenção do IPI a produtos da Amazônia Ocidental

Ministro poderá informar sobre incentivo a Amazônia

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) decidiu enviar requerimento de informações ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o montante da renúncia fiscal que decorrerá da aprovação da proposta do senador Expedito Júnior (PR-RO) que amplia a lista de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do



Valadares (E), Goellner, Inácio Arruda e Expedito Júnior em reunião na CDR

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A solicitação do envio foi feita em parecer de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele afirmou ser favorável ao texto (PLS 292/08), que poderá diminuir as desigualdades regionais, mas argumentou que, "sem quantificar adequadamente a renúncia fiscal oriunda das isenções tributárias, seria uma irresponsabilidade aprová-lo".

Pela proposta, a isenção deverá abranger produtos do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima em cuja composição final haja preponderância de matérias-primas de origem regional. Também estarão isentos aqueles elaborados por estabelecimentos indus-

triais cujos projetos tenham sido aprovados pela Zona Franca de Manaus, desde que destinados ao consumo local ou nacional. Ficam excluídos do benefício, armas e munições, fumo, automóveis de passageiros, bebidas alcoólicas, produtos de perfumaria ou de toucador, e preparados e preparações cosméticas (exceto quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, de acordo com o processo produtivo).

A proposição ainda reduz a zero as alíquotas das Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para o PIS/Pasep incidentes sobre a venda no mercado interno daqueles produtos isentos de IPI.

De acordo com Expedito Júnior, é preciso conceder benefícios fiscais à região Norte em razão das grandes restrições que ela sofre. O senador afirmou não ser contrário ao requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, mas reivindicou a definição de um prazo para a resposta.

Na presidência da reunião, Adelmir Santana (DEM-DF) explicou que o requerimento será encaminhado à Comissão Diretora e, posteriormente, ao Ministério da Fazenda, que dispõe de 30 dias para responder ao Senado. Caso seja acolhido na CDR, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Renan propõe piso nacional para policiais e bombeiros

Proposta para criar um piso nacional unificado para os policiais civis e militares e para os bombeiros foi apresentada por Renan Calheiros (PMDB-AL). O objetivo, explicou o senador, é valorizar, de forma progressiva, as carreiras ligadas à segurança pública.

– Sem investimentos no sistema de segurança pública e a implantação de planos de carreira dignos para os profissionais, não poderemos iniciar o verdadeiro resgate da cidadania nacional – justificou.

A proposta de emenda à

Constituição, ainda não numerada, prevê a edição de uma lei definindo o valor do piso e determina que a União deverá complementar os recursos necessários ao seu pagamento nos casos dos estados que forem, comprovadamente, incapazes de pagá-lo. Além disso, conforme a PEC, o valor desse piso deverá ser anualmente corrigido.

Prazo

Para que os estados e a União se preparem para a mudança, a proposta estabelece um prazo de até dois anos para que o va-



Renan quer, progressivamente, valorizar as carreiras ligadas à segurança pública

lor mínimo pago a policiais civis e militares e a bombeiros seja unificado em todo o país.

Para entrar em vigor, uma PEC precisa ser analisada pelo Senado e pela Câmara, passando por dois turnos de votação em cada Casa e devendo ser aprovada por três quintos dos parlamentares.

Jucá comemora área de livre comércio

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou ontem a assinatura, pelo presidente Lula, de decreto que regulamenta a área de livre comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima.

As empresas ali instaladas vão poder se cadastrar na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para usufruir os benefícios previstos. Entre eles, está a isenção do Imposto de Importação, Imposto de Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS).

Os benefícios vão tornar os produtos de Boa Vista competitivos com os dos vizinhos, disse Jucá.



Genildo Magalhães

Virgílio reforça acusação a governador

Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou ontem serem verídicas as denúncias de corrupção contra

o governador do Amazonas, Eduardo Braga, feitas a partir de documentos e um DVD entregues por Renata Moreira Barros, mulher de um sócio do governador conhecido como Nei Barros. Os documentos indicam a existência de um esquema de superfaturamento de combustível no estado, entre outras irregularidades. Eduardo Braga, que se antecipou às denúncias, está tentando desqualificá-las, disse o senador.

Segundo Arthur Virgílio, há o "funcionamento de uma quadrilha no estado do Amazonas", com tráfico de influência, emissão de notas frias, agiotagem e pagamento a parlamentares.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário discute imputabilidade penal

A sessão, às 14h, é deliberativa. Os seis primeiros itens da pauta são propostas de emendas à Constituição que tratam da imputabilidade penal.

Garibaldi participa de abertura da Eco 2008

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 9h, da abertura oficial da Conferência de Honra da Eco 2008. Às 11h, recebe o ministro dos Esportes, Orlando Silva, e, às 11h30, uma comitiva de 50 vereadores da região serrana de Santa Catarina. Às 14h, participa do 3º Encontro Nacional da Indústria, e, às 15h30, encontra-se com o governador Sérgio Cabral e o prefeito eleito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro.

CCT realiza audiência

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza, às 9h, audiência pública para debater a evolução e a diversidade da ciência e da tecnologia no país. Estão convidados o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; os presidentes da Academia Brasileira de Ciência, Jacob Palis, e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Marco Antônio Raupp.

CMO vota crédito extraordinário

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se, na sala 8 do Anexo II, Ala C da Câmara, para votar créditos extraordinários.

Mudanças climáticas e seus impactos em análise na CMA

Os impactos das mudanças climáticas serão temas de audiência, às 10h, na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Foram convidados o membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Martin Parry, o representante do Inpe, Carlos Nobre, e o consultor do Banco Mundial no Brasil, Antônio Magalhães.

CRA avalia cadeia produtiva de aves e suínos no país

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza, às 9h30, audiência para discutir a cadeia produtiva de aves e suínos no país. Entre os presentes, o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Rubens Valentini.

Atualização de aposentadorias e pensões do INSS

Às 10h, reunião na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) visa instruir projeto sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social e pela União. Participarão da audiência representantes da Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal; dos servidores da Previdência; dos aposentados; e dos ministérios da Fazenda; do Planejamento e da Previdência.

CCJ vota extinção dos terrenos de marinha

A proposta de emenda à Constituição que extingue o instituto do terreno de marinha é uma das 21 proposições em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h. Também deverá ser votado o substitutivo à proposta que autoriza a criação do Selo Empresa Responsável. O primeiro item na pauta é o chamado Projeto do Sacoleiro.

Indicações para a ANP estão em pauta na CI

Dois indicações para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estão em pauta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne às 14h para votar oito proposições.

Senado é palco de eventos

O seminário *20 anos da Seguridade Social e a Reforma Tributária – Conquistas Sociais, Avanços e Desafios a Serem Enfrentados* será realizado, às 8h30, no Auditório Petrônio Portela. Às 12h, no Ministério da Defesa, palestra sobre o trabalho do professor Anselmo Salles Paschoa, sobre "Acidentes e ataques terroristas contra plataformas de petróleo". Às 19h, apresentação de Assis Medeiros, Nelson Oliveira e Alencar 7 Cordas, na série dedicada aos 50 Anos da Bossa Nova, no auditório do Interlegis.



Colombo relata ter percorrido todos os 293 municípios de Santa Catarina na campanha

Colombo quer mais discussão da reforma política

De volta ao Senado depois de licença de quatro meses, Raimundo Colombo (DEM-SC) disse que, como presidente estadual do DEM, entende que "é na eleição municipal que verdadeiramente fazemos um partido".

Para ele, o país ainda precisa avançar na discussão de questões como o voto distrital, o financiamento público de campanhas e a proibição de coligações partidárias em eleições proporcionais.

Sobre a crise mundial, Colombo afirmou que "já passa da hora de o governo tomar providências, como reduzir gastos e efetivar a reforma tributária".



César Borges afirma que seu partido conquistou 10% das prefeituras do estado

César Borges considera PR como vitorioso na Bahia

César Borges (PR-BA) fez um balanço dos resultados obtidos pelo seu partido na Bahia, nas últimas eleições, ressaltando que o PR conquistou 10% das prefeituras, passando a comandar, a partir de 2009, 41 municípios. A legenda também indicou o vice-prefeito eleito da segunda maior cidade no estado, Feira de Santana, em coligação com o DEM. Na avaliação do senador, o partido "saiu vitorioso".

– E agora estaremos juntos, prefeitos, vices, vereadores e as coligações, para que eles possam fazer um mandato à altura de suas cidades – afirmou.

Senador acredita que discussão para 2010 vai se concentrar no socorro a bancos, quando deveriam ser analisadas mudanças no modelo econômico para coibir irresponsabilidades

Cristovam: debates durante as eleições foram vazios

CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) criticou os debates feitos durante as eleições municipais deste ano, que se encerraram no último domingo. Para o senador, não foram discutidos temas importantes, como o meio ambiente e as desigualdades sociais.

– Não houve um debate sobre nada profundo. Um debate entre propostas vazias foi o debate que vimos para as prefeituras e câmaras de vereadores, como se as cidades fossem independentes, isoladas do país e do mundo. Elas são



Foto: de Geraldo Magalhães

Para Cristovam, faltaram temas importantes

partes integrantes e geradoras dos problemas dos países e do mundo, e também lugares onde podemos começar a construir alternativas – disse.

Para o senador, também tendem a ser vazias as discussões para as eleições gerais de 2010, quando serão escolhidos novos senadores, governadores, deputados e também o novo presidente da República.

Cristovam observou que o debate deverá concentrar-se no socorro aos bancos, em virtude da crise econômica mundial, quando deveriam ser analisadas as mudanças necessárias ao modelo econômico para coibir as práticas "irresponsáveis" do sistema financeiro.

Raupp comemora o desempenho do PMDB nas urnas

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), comemorou em Plenário o crescimento do número de prefeituras conquistadas pelo partido nas eleições deste ano. Segundo o senador, a legenda teve uma recuperação bastante significativa, revendo uma tendência de queda lenta que se anunciava desde outros pleitos, e passou de 1.059 prefeitos eleitos em 2004 para 1.203 em 2008.

Raupp ressaltou o fato de o PMDB ter conquistado "uma vitória irrefutável" nas capitais, onde se concentra a maior fração dos eleitores, tendo se tornado o partido com maior número de prefeitos nas metrópoles, com destaque para Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro e Florianópolis.

– Passamos de três prefeitos de capital eleitos em 2004 para seis, eleitos este ano. O único outro grande partido a ter tido sua cota de prefeitos de capital aumentada – e também para o dobro – é o PTB, igualmente integrante da base do governo, que passou de um para dois – disse.

Comentando análises da imprensa sobre as eleições, Raupp apontou a conclusão consensual dos jornais brasileiros com relação ao fortalecimento do PMDB na aliança de apoio ao governo e no papel relevante que o partido deverá exercer na sucessão presidencial em 2010.



Raupp: "Partido terá papel relevante nas eleições de 2010"



João Pedro destaca que agremiação elegeu 558 prefeitos

João Pedro: PT é o segundo mais votado

Ao comentar o bom desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador João Pedro (PT-AM) disse da tribuna que

a agremiação foi o segundo partido com maior número de votos no pleito deste ano (mais de 16,3 milhões, ficando atrás apenas do PMDB (mais de 18 milhões de votos). O parlamentar salientou que a estabilidade das eleições e do processo democrático é uma conquista da população brasileira.

João Pedro destacou que o PT elegeu prefeitos em 558 cidades, entre elas seis capitais. Ele parabenizou os militantes do partido e agradeceu os votos do "eleitorado brasileiro que acreditou nesse projeto".

No estado do Amazonas, acrescentou, o PT elegeu seis prefeitos, sete vice-prefeitos e 46 vereadores. Entre os eleitos no estado, comemorou o senador, estão Pedro Garcia (PT) e André Baniwa (PV), futuros prefeito e vice-prefeito de São Gabriel da Cachoeira. Ambos são índios da etnia tariana.

João Pedro aproveitou para registrar o transcurso dos 339 anos de Manaus, capital amazônica, comemorado na última sexta-feira. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) elogiou o pronunciamento.

Papaléo critica política de reajustes diferenciados para servidores federais



Papaléo saúda resultado das eleições no Amapá

O resultado das eleições no Amapá foi comemorado por Papaléo Paes (PSDB-AP). O seu partido, informou o senador, elegeu prefeitos em dois dos 16 municípios do estado (Vitória do Jari e Cutias) e integra a coligação vencedora em mais cinco, entre os quais Macapá.

Papaléo aproveitou a passagem do Dia do Servidor Público para criticar a política de reajustes diferenciados aos servidores federais, o que, de acordo com o senador, prejudica muito os funcionários que pertenciam ao antigo território do Amapá.

Inácio Arruda diz que legenda administrará cidades como Aracaju, Olinda e Crateús



Inácio Arruda resalta avanço do PCdoB

Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou o crescimento do seu partido nas eleições e o fortalecimento das legendas da base do governo de Lula. Em 2004 o PCdoB elegeu dez prefeitos, e agora, 40, em municípios como Crateús e Potengi (CE), Olinda (PE) e Aracaju (SE), disse ele.

– Quero registrar o desempenho do nosso partido em cidades grandes, em cidades médias e importantes cidades deste imenso país que é o Brasil. Tivemos também uma participação ativa em alianças. Para enfrentar a crise que vivemos, o país precisa dos comunistas.



Ponte sobre o Guaíba não suporta mais o trânsito da capital gaúcha, diz Zambiasi

Sérgio Zambiasi destaca estudos para nova ponte

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) elogiou a iniciativa da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, de autorizar o início dos estudos de viabilidade técnica para a construção de uma nova ponte sobre o rio Guaíba, em Porto Alegre.

Zambiasi defendeu a necessidade de uma nova ponte para melhorar o trânsito na região metropolitana da capital gaúcha. Ele explicou que a famosa Ponte do Guaíba foi inaugurada em 1958, quando Porto Alegre tinha cerca de 500 mil habitantes. À época, acrescentou, menos de 500 veículos trafegavam pelo local diariamente. Atualmente, disse o senador, passam pela ponte mais de 30 mil veículos por dia.

CÉSAR BORGES PEDE VOTO DE PESAR PELA MORTE DE JURISTA BAIANO

César Borges (PR-BA) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte, aos 88 anos, do jurista José Joaquim Calmon de Passos, ocorrida no último dia 18, em Salvador, em consequência de infarto. O senador afirmou que Calmon de Passos foi um dos maiores juristas do Brasil. Ele acentuou ainda que Passos inscreveu o seu nome na história jurídica do país, contribuindo para o desenvolvimento do Direito crítico e para a conscientização de que a transformação social é possível por meio do exercício dessa ciência.

ALVARO DIAS LEMBRA FALECIMENTO DE POLÍTICOS PARANAENSES

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou em Plenário três requerimentos de pesar: pela morte do ex-senador paranaense João Mattos Leão, ocorrida na semana passada, em Curitiba, aos 77 anos, vítima de uma parada cardíaca; pela morte do deputado federal Max Rosenmann (PMDB-PR), aos 63 anos, no último sábado; e pelo falecimento de Jesus Berbel, ex-vereador de Londrina e ex-professor universitário, aos 72 anos.

MAX ROSENMANN É HOMENAGEADO EM PLENÁRIO POR SENADORES

Foram lidos na sessão de ontem, em Plenário, requerimentos dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Marisa Serrano (PSDB-MS) solicitando voto de pesar e condolências à família do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), falecido no último sábado, aos 63 anos de idade. Rosenmann exercia o sexto mandato consecutivo como deputado federal.

– Tive uma convivência muito afetiva com o deputado no Mercosul – disse o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que se associou aos votos dos colegas.

Senador resalta a importância do Teatro Oficina para a cultura do país



Suplicy festeja os 50 anos do Teatro Oficina

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou em Plenário voto de aplauso e congratulação pelos 50 anos de atividade do Teatro Oficina. Em seu pronunciamento, o senador leu uma lista completa de todas as peças de teatro apresentadas na casa de espetáculos desde sua fundação em 1958. Ele reconheceu também a importante contribuição do teatro para o desenvolvimento da cultura em São Paulo e no Brasil, sobretudo em razão do trabalho de seu diretor atual, José Celso Martinez Corrêa, e de todos os seus atores e colaboradores.

– O Teatro Oficina é um patrimônio cultural brasileiro, por sua capacidade de autotransformação – afirmou.

Mesmo com as críticas em Plenário à administração da crise pela equipe econômica, governo e oposição abrem negociação que pode alterar texto de medida provisória aprovada ontem à noite pela Câmara dos Deputados. Papel do Tesouro Nacional diante da crise é um dos pontos na pauta de negociações

Crise é grave, mas não há motivo para clima de pânico, diz Ideli

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que "a crise é grave" e sugeriu que os brasileiros não contribuam para se criar "um clima de pânico". Apesar da situação, ela citou números positivos sobre produção, emprego e renda no país.

— Tem crise? Tem. É grave? É. Mas não sejamos os propulsores do pânico no Brasil. Temos de orar, vigiar e atuar para passar a crise, como o Brasil merece, porque fez o dever de casa — disse.

A senadora sustentou que a crise "não é tudo isso que se fala", mas "tem gente torcendo contra o Brasil". Ponderou que, apesar das notícias que só falam das turbulências, números como o do crescimento da construção civil são excelentes — 9,8% de janeiro a setembro. Lembrou ainda que "o mercado de trabalho se mostra imune à crise",

com crescimento nos primeiros nove meses do ano.

A Previdência Social, continuou, reduziu seu déficit para R\$ 7,4 bilhões em setembro, uma queda de 24% em relação ao mesmo mês de 2007. Observou que isso só aconteceu por causa do número de pessoas que passaram a contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou seja, porque estão trabalhando.

Ao comentar o segundo turno das eleições, Ideli frisou que o PT conseguiu fazer 559 prefeitos, contra 411 em 2004. Ideli ressaltou que o PT é o partido que teve o maior crescimento em número de prefeituras, atrás apenas do PMDB. Ela destacou que o deputado federal catarinense Carlito Merss (PT) foi eleito prefeito de Joinville depois de quatro tentativas.

Mário Couto ameaça obstruir votações em favor de aposentado

O senador Mário Couto (PSDB-PA), líder do Bloco da Minoria, anunciou que pretende iniciar na próxima semana obstrução às votações no Senado caso o governo não "dê algum sinal" sobre o projeto, em tramitação na Câmara, que concede aos aposentados do INSS os mesmos reajustes do salário mínimo.

— Não podemos deixar que se votem as medidas provisórias da crise financeira [MPs 442 e 443/08] se o governo não informar o que pretende fazer com os aposentados — afirmou.

Pouco antes, Mário Couto e outros senadores solicitaram ao presidente da Casa, Garibaldi Alves, que conversasse com o presidente da Câmara em favor do projeto.

Garibaldi informou em Plenário ter marcado audiência com o ministro da Previdência Social,

José Pimentel, que receberá na tarde de hoje os senadores que defendem os direitos dos aposentados.

Mário Couto disse que irá à audiência, juntamente com Paulo Paim (PT-RS). Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu que os senadores coloquem na mesma negociação uma saída para os aposentados da Varig (fundo Aeris). afirmou que a Advocacia Geral da União já se manifestou no sentido de que o governo ajude a cobrir as aposentadorias de ex-funcionários da Varig.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), apoiou a Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados, lembrando que os senadores de seu partido votaram favoravelmente ao projeto que dá aos aposentados do INSS os mesmos reajustes do mínimo.

Marco Antônio Costa critica governo por omitir edição de MP

O senador Marco Antônio Costa (DEM-TO) criticou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, por haverem omitido, em audiência pública na Câmara dos Deputados, a publicação da medida provisória que autorizou os bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, a comprarem instituições financeiras privadas.

— Ao omitir a publicação, e também ao cancelar a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o governo demonstrou cabalmente que despreza o Congresso, aludindo que parlamentares não estão aqui para debater, discutir, aprimorar e, sim, para ser instrumentos homologatórios da vontade unilateral do governo.

Mesmo reconhecendo o atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da medida



Governo demonstrou desprezo ao Congresso, diz Marco Antônio

(MP 443/08), em função da crise financeira, Marco Antônio Costa considerou indispensável sua discussão pelo Congresso.

Vários senadores parabenizaram Marco Antônio Costa, que está deixando o Senado, pelo desempenho que teve na Casa durante os quatro meses em que substituiu Kátia Abreu (DEM-TO), de quem é suplente.



Em reunião acompanhada por vários líderes no Senado, o ministro Guido Mantega (ao fundo, com o presidente Garibaldi Alves Filho) admite negociar saídas para a crise com a oposição. O líder do governo, Romero Jucá, diz que o Planalto não quer prazo de validade para MPs

Mantega aceita sugestão de opositoristas e admite prazo para compra de instituições

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, aceitou a sugestão do líder do Democratas, senador José Agripino (RN), para que seja estabelecido um prazo de validade para a medida provisória (MP 443/08) que permite ao Banco do Brasil (BB) e à Caixa Econômica Federal comprarem carteiras de crédito e instituições financeiras com problemas de liquidez. A sugestão foi feita durante a reunião de líderes realizada no gabinete do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, da qual o ministro participou.

Agripino disse que o Congresso Nacional não poderia aprovar a MP em sua forma original, pois estaria dando "um cheque em branco para o governo estatizar o sistema financeiro". Ele informou que a definição do prazo será tratada em reunião do partido, mas adiantou que o período a ser proposto deve ficar entre seis meses e um ano.

O senador frisou que não vê razões para que o socorro a instituições em dificuldade seja feito por intermédio do BB e da Caixa. Na avaliação de Agripino, o Tesouro Nacional seria a instância adequada para realizar operações dessa natu-

reza, como fizeram outros países. Ele também defendeu a definição de um valor e de um prazo para o socorro do governo caso este venha a ser dado pelo Tesouro Nacional.

— Quem fiscaliza que a concessão do auxílio vai ser dada à empresa ou instituição A, B e C e não a D, E e F? Quais são os critérios de quem fiscaliza? — questionou.

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que a sugestão de definição de um prazo para o socorro financeiro aos bancos foi bem aceita pelo ministro e ressaltou a disposição da oposição de dialogar, colaborar e aprofundar o diagnóstico da crise.

— Isso parece bastante correto, pois a medida é de urgência. O ministro concordou que é uma medida

excepcional e pode, sim, ter um prazo de vigência predefinido. A Caixa e o BB poderão adquirir carteiras ou instituições financeiras durante um prazo predefinido e não por um prazo indefinido. Não é uma medida provisória para sempre. Ela é urgente para este momento. Passado esse período, as regras voltam a ser o que eram anteriormente.

O prazo será discutido durante a votação em Plenário — afirmou o senador paulista.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não concordou com Mercadante. Jucá disse que o governo está aberto a emendas, a proposições, a discussões para melhorar o texto e os mecanismos, mas não definirá um prazo de validade

para a medida provisória porque a crise não tem prazo para terminar.

— Não vamos dar prazo de validade porque não temos prazo de validade da crise. Se a oposição combinar com o mercado internacional e tiver prazo de validade da crise, nós também colocaremos prazo de validade nos mecanismos brasileiros. Se não, nós temos que ter mecanismos condizentes e duros, exigentes, enquanto houver a crise internacional, que, infelizmente, não tem tempo para acabar — assinalou.

Jucá garantiu que o governo editará quantas medidas provisórias forem necessárias para ter os instrumentos de que precisa para combater a crise financeira, sempre em consonância com as medidas adotadas em nível internacional.

— O governo e o mercado trabalham com as regras do momento. As regras necessárias para enfrentar essa tormenta estão sendo postas pelo governo e poderão ser melhoradas pelo Congresso. Passada essa tormenta, se for necessário adequar as regras a outro tipo de normalidade, o governo vai fazer. O governo tem agido no tempo certo — concluiu Jucá.

Garibaldi: diálogo entre governo e Congresso já está ocorrendo

Após a reunião dos líderes partidários com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse que o diálogo entre o governo e o Congresso está acontecendo, com sugestões apresentadas pelos senadores que foram aceitas pelo ministro. Ele se referiu especialmente à sugestão do líder do Democratas, senador José Agripino (DEM-RN), para a definição de um prazo de validade para a Medida Provisória 443, que permite ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal

adquirir bancos em dificuldades de liquidez.

— A sugestão de Agripino foi bem aceita e eu a considero de muita validade. Pelo aspecto político, eu considero muito válido porque dá mostras de que o diálogo está existindo. De um lado, o Parlamento, através do senador José Agripino, sugerindo e, do outro lado, o ministro aceitando. Mas, não é só o aspecto político; é o aspecto prático também: o aspecto técnico de ver que essa sugestão é a melhor possível — afirmou.

Garibaldi disse que o ministro da Fazenda assegurou que não vai faltar recurso do governo para alcançar a chamada liquidez do mercado financeiro, e que isso será feito por meio dos bancos oficiais. O presidente do Senado observou que Mantega não manifestou uma grande preocupação com relação a esse repasse de recursos, por considerar que os bancos oficiais não haverão de deixar o governo numa situação comprometedor.

Garibaldi também salientou que alguns senadores sugeriram que os

Parecer preliminar do Orçamento deve ser votado hoje pela CMO

A Comissão Mista de Orçamento deve votar hoje, às 14h30, o parecer preliminar ao projeto da lei orçamentária de 2009. Ontem, a comissão realizou em Campo Grande a terceira das nove audiências regionais, com a presença do relator-geral, senador Delcídio Amaral (PT-MS), do presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), e do relator da receita, deputado Jorge Khoury (DEM-BA).

A negociação para aprovar o parecer que recebeu 46 emendas começa na reunião marcada para as 10h entre Delcídio Amaral, os líderes partidários representados na CMO, além dos relatores setoriais e o da receita. Em outra reunião, agendada para as 12h, será a vez do relator do Orçamento procurar convencer os coordenadores das bancadas estaduais na comissão a manter inalterado o texto proposto.

Boa parte dos coordenadores está pressionando Delcídio a



Delcídio Amaral quer manter inalterado texto que elaborou

mudar o valor global das 25 emendas individuais, mantidas, cada uma, em R\$ 8 milhões. Eles apresentaram emendas ao parecer preliminar para elevar o montante a R\$ 12 milhões. O relator-geral, no entanto, não quer abrir essa brecha, diante do agravamento da crise financeira mundial. No seu parecer, Delcídio propôs inclusive a criação de uma reserva de estabilização fiscal, que seria alimentada por cortes nas verbas de custeio da máquina federal.

Virgílio aconselha ao governo "juízo" na condução da crise

Ao fazer uma análise dos indicadores econômicos brasileiros, Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu ontem mais responsabilidade por parte do governo na condução das medidas tomadas para conter os efeitos da crise financeira no país e criticou as falas do presidente da República e do ministro da Fazenda sobre esses efeitos. O presidente Lula havia dito que no Brasil chegaria apenas "uma marolinha" da crise e o ministro Guido Mantega disse que os efeitos "são psicológicos".

— Tempos duros estão vindo. Juízo não vai fazer nenhum mal a quem dirige a economia deste país — aconselhou.

O senador lembrou que os indicadores da economia mostram

que o Brasil já está sofrendo estes efeitos: a Bolsa de Valores de São Paulo já caiu quase 60% desde maio, no mesmo período o risco-país subiu em torno de 200%, além de que já se prevê uma desaceleração no crescimento da economia. Arthur Virgílio também citou a perspectiva de um superávit comercial neste ano quase 50% menor do que no ano passado.

— Venho aborrecendo os meus colegas há anos aqui, dizendo que o excesso de gastos correntes e o excesso de gastos com custeio plantam a semente e, agora, está quase na hora de se fazer essa colheita tormentosa de uma crise fiscal que só vem agravar o cenário brasileiro — assinalou.

Osmar pede ao governo federal mais recursos para agricultura

Osmar Dias (PDT-RS) chamou a atenção do governo federal para a necessidade de destinar recursos à agricultura, que está em época de plantio. Os produtores rurais, segundo ele, não têm dinheiro para custear a safra do próximo ano, o que poderá acarretar diminuição de produção e até a volta da inflação, com elevação dos preços dos alimentos. Ele pediu pressa na adoção de medidas.

— O calendário da agricultura é um para cada região, e para o governo parece que é um só, o dele, e não o climático, que define o plantio e a colheita dos produtos — disse.

O senador afirmou que os recursos prometidos até agora pelo governo, R\$ 1,5 bilhão, são irrisórios diante da demanda da agricultura, estimada entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões pelas entidades ligadas ao se-



A inflação pode voltar, impulsionada pelo preço dos alimentos, diz Osmar

tor. O parlamentar pediu ainda atenção para a situação dos produtores de trigo, que precisam de empréstimo do governo federal (EGF) para estocar sua produção e também para os exportadores, além da redução da carga tributária dos componentes dos fertilizantes, que são importados.

No dia em que vários senadores prestaram homenagens aos servidores públicos, Mesa da Casa lê medida provisória que disciplina salários de carreiras típicas de Estado, como auditores da Receita, diplomatas e funcionários do BC

Já está no Senado MP que dá reajuste a mais de 45 mil servidores públicos

CHEGOU AO SENADO e foi lida ontem no Plenário medida provisória que reajusta os salários de 45,6 mil servidores e 30 mil aposentados das carreiras típicas de Estado. Os aumentos serão pagos gradativamente, até julho de 2010.

São oito categorias beneficiadas, que vão de auditores da Receita Federal a advogados, diplomatas, funcionários do

Banco Central e analistas de Controle e Orçamento da União. A MP 440/08 foi modificada pelos deputados e, por isso, passou a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV 27/08).

Com prazos de exame no limite, a MP passou a trancar as votações do Plenário do Senado. Outras quatro medidas provisórias que chegaram ao Senado na semana passada já

estavam obstruindo a pauta – elas têm prioridade sobre todas as matérias. A votação das MPs depende de acordo partidário, o que ainda não existe.

Salários

A MP 440/08 prevê que auditores da Receita e fiscais do Trabalho, que passaram a ganhar, após a edição da medida provisória, de R\$ 11.535 (início

de carreira) a R\$ 16.680 (fim de carreira), receberão, daqui a dois anos, de R\$ 13.600 a R\$ 19.451.

O PLV apresentado pelo deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) incluiu na MP a criação de 2 mil vagas na Polícia Federal, sendo 500 para delegado.

Os aumentos vão custar aos cofres federais, até 2011, R\$ 20,4 bilhões.



Moreira Maniz

Aluno não precisa ter seis anos para se matricular, diz Flávio Arns

Arns: ensino fundamental aos cinco anos

Flávio Arns (PT-PR) disse que as escolas têm de aceitar matrículas no ensino fundamental de crianças com cinco anos de idade. A exigência passou a constar da Constituição, modificada há mais de dois anos, quando se aumentou a duração do ensino fundamental para nove anos. Não é correta, frisou, a interpretação de que se deveria esperar que a criança completasse seis anos para efetuar sua matrícula. O acréscimo não significa que o estudante irá terminar o ensino fundamental mais tarde, ressaltou.



Gerardo Maggela



Gerardo Maggela



Gerardo Maggela



Gerardo Maggela

Crítica a nomeação de servidores sem concurso público

Ao prestar uma homenagem aos funcionários públicos, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou em Plenário o governo federal por preencher grande número de cargos públicos por meio de nomeações "graciosas", sem a realização de concurso público.

Na avaliação do parlamentar, tal prática – que no governo Lula envolveria 50 mil pessoas – desestimula os servidores públicos a se esforçarem no desempenho de suas funções, uma vez que os melhores cargos, de chefia, são ocupados por aqueles que "adentram pela porta larga da facilidade".

– Nunca antes se entrou tanto [no serviço público] pela porta larga da vadiagem, da malandragem – disse o senador.

Regulamentação de greve entra na pauta de debate

No Dia do Servidor Público, comemorado ontem, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu, da tribuna, que o Congresso aprove projeto que regulamenta movimentos de greve dos servidores. Informou ter apresentado proposta com essa finalidade há 19 anos, quando era deputado federal, a qual acabou sendo arquivada. Ele reapresentou a proposição no Senado, mas a matéria ainda se encontra em tramitação.

Até dezembro deve ocorrer uma vigília pela aprovação de dois projetos de autoria de Paim: um dá aos aposentados do INSS os mesmos aumentos do salário mínimo, e o outro acaba com o fator previdenciário no cálculo das aposentadorias dos trabalhadores de empresas.

Categoria está pronta para enfrentar desafios

Em rápido pronunciamento, o senador Augusto Botelho (PT-RR) ocupou a tribuna para parabenizar os servidores de todo o país e, "em especial, os de Roraima".

– Todos sabemos que um serviço público eficiente é fundamental para qualquer país – disse o parlamentar, lembrando que, desde a antiguidade, as civilizações nunca prescindiram de estruturar bem suas burocracias.

O senador observou que, como em qualquer atividade humana, a classe dos servidores públicos é formada pelos que "cumprem e os que não cumprem o seu dever", e que o serviço público brasileiro sempre esteve pronto para enfrentar os grandes desafios nacionais.

Executivo vê funcionalismo como despesa

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou o tratamento dado pelo governo federal aos servidores públicos. De acordo com ele, o governo vê o funcionalismo público como despesa e, por isso, anunciou a suspensão de novos concursos e de vários aumentos de salários já negociados.

Em seu discurso, o parlamentar, além de pedir mais mobilização para a aprovação de projetos que beneficiem os aposentados, advertiu que a sociedade saberá analisar as ações do governo quanto aos servidores.

– A população poderá concluir que, para o governo, a quebra dos bancos é uma situação de crise, mas a situação de mais de 20 milhões de aposentados não é crise – afirmou.



Moreira Maniz

José Nery lembra que categoria realiza congresso em Cuiabá

Nery saúda os defensores públicos

José Nery (PSOL-PA) saudou os defensores públicos brasileiros pela realização de seu 7º congresso nacional. O encontro, iniciado ontem, termina sexta-feira em Cuiabá.

O evento, informado o senador, é organizado pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e pela Associação Mato-Grossense dos Defensores Públicos.

José Nery ressaltou que esses profissionais atuam na defesa da população mais pobre e carente.



Gerardo Maggela

Servir à população deve ser vocação, não interesse

"Não há nação desenvolvida que não conte em seus quadros com pessoas capazes de elaborar boas políticas públicas." A frase é do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que homenageou o servidor público pela passagem do seu dia, comemorado ontem. Ele mencionou a necessidade de se realizar uma "reflexão sobre o papel desses trabalhadores nos rumos que queremos para o país".

O parlamentar frisou também a importância da propensão para o serviço público.

– Servir ao público deve ser vocação, não interesse.

Mozarildo lembrou ainda que a campanha para eleição do novo presidente do Senado deve se iniciar logo, e lançou o nome do senador Romeu Tuma (PTB-SP) como opção.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Papaléo Paes • Geraldo Mesquita Júnior • Paulo Paim • Romeu Tuma • Efraim Morais • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Audiência sobre o desmatamento na Amazônia e a questão fundiária da região reúne representantes do governo federal e de confederações



Os presidentes da CMA, Leomar Quintanilha, e da CRA, Neuto de Conto (ambos no centro), participam da audiência promovida pelas duas comissões

Órgãos se unem para reprimir desmatamento

A ação integrada do Ibama, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das Forças Armadas permitiu o avanço da repressão aos crimes ambientais na Amazônia. Essa foi a opinião manifestada pelos representantes da autarquia e da PF que participaram da audiência pública conjunta.

Conforme o diretor de Política de Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Mauro Pires, o envolvimento da PF nas ações de fiscalização do Ibama, com o apoio da Força Nacional de Segurança, foi motivado pela tendência de aceleração do desmatamento, verificada no fim de 2007. Quando os índices de destruição da floresta – que vinham caindo desde 2003 – voltaram a ganhar velocidade, o governo lançou mão de uma ação articulada, a qual, afirmou ele, tem se mostrado eficiente no combate ao desmatamento da Amazônia.

No mesmo sentido, o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel da Rocha, elogiou o trabalho feito pela Polícia Federal na investigação de grileiros e madeireiros ilegais e o apoio logístico prestado pelo Exército, viabilizando a ação dos fiscais do instituto.

Para o delegado Álvaro Ricardo Palharini, chefe da Divisão da Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico, a articulação permitiu à PF aprimorar sua atuação na região. “Em conjunto, é possível obter maior efetividade da ação”, disse ele, ao lembrar a apreensão de madeira ilegal e a prisão de 170 pessoas a partir da Operação Arco de Fogo, realizada desde março em Rondônia, Mato Grosso e Pará.

Recadastramento

O recadastramento dos imóveis rurais na região Norte foi apontado como essencial para a identificação e a punição dos responsáveis pelo desmatamento ilegal. “A regularização fundiária deve ocorrer em conjunto com ações de controle do desmatamento”, opinou Flávio da Rocha.

Já Mauro Pires considerou acertadas as ações governamentais realizadas nos 36 municípios da Amazônia que respondem por 50% do desmatamento na região. O representante do MMA apontou, entre as medidas adotadas pelo Executivo, a vinculação de concessão de crédito agrícola na Amazônia à comprovação da regularidade fundiária e ambiental. No mesmo sentido, citou incentivos do governo federal para que os estados elaborem planos de controle do desmatamento.

– Isso será uma condição para que estados participem do Fundo da Amazônia, que visa captar recursos a partir de doações de países, empresas e mesmo dos cidadãos, para financiar ações de combate ao desmatamento – explicou.

Senadores defendem a regularização de terras na Amazônia

A NECESSIDADE DE se promover a regularização fundiária foi defendida pela maioria dos senadores que participaram ontem de audiência pública realizada em conjunto pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que discutiu questões relativas ao desmatamento na Amazônia e a aquisição de terras na região por estrangeiros.

O vice-presidente da CRA, senador Expedito Júnior (PR-RO), ressaltou a regularização fundiária como premissa para a implementação de políticas ambientais na região amazônica. Em sua opinião, primeiro é necessário determinar quem é o proprietário da terra para, depois, exigir a responsabilidade por sua preservação. Nesse sentido, disse o senador, o principal responsável pelo desmatamento é o governo e, mais precisamente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), uma vez que não promove a regularização da terra.

Gilberto Goellner (DEM-MT) criticou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo o senador, o Ibama tem agido de forma mais punitiva e não vem implementando ações de preservação. Goellner defendeu parceria entre o governo federal e os municípios para preservar o meio ambiente e combater o desmatamento ilegal. Para ele, os municípios conhecem melhor a realidade local e podem contribuir para o sucesso das políticas.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) avaliou que o Incra e o Ibama trabalham de forma desconexa e não desenvolvem um trabalho que vise ao desenvolvimento sustentável da região. Para o senador, essa situação, associada às exigências burocráticas, prejudica os produtores da Amazônia que querem se regularizar, bem como favorece a

ilegalidade.

Para Valter Pereira (PMDB-MS), o Ibama está associado à indústria da multa. Ele defendeu a aplicação de penalidades de acordo com determinados critérios e sugeriu a substituição da multa pela reparação do dano causado à natureza.

Por sua vez, João Pedro (PT-AM) discordou da afirmação de que o responsável pelo desmatamento seja o Incra. O parlamentar ressaltou que a Amazônia é uma região que precisa de políticas de Estado e defendeu medidas duras para impedir a irregularidade. Ele disse ainda que as políticas para a Amazônia devem contemplar medidas diferenciadas para a compra de terras por estrangeiros.

“Grave crise”

Na maioria dos estados da Amazônia Legal, informou Valdir Raupp (PMDB-RO), mais de 50% dos produtores não possuem regularidade fundiária e os assentamentos apresentam problemas. Caso o governo não tome providências para regularizar as terras da região, advertiu Raupp, haverá uma “grave crise no campo”. O senador explicou que os bancos estão exigindo a regularidade fundiária como condição para liberar financiamentos.

O presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), também lembrou que o Brasil preservou 64% de suas florestas, o que, segundo o senador, demonstra a tradição que o brasileiro tem de preservar.

Jefferson Praia (PDT-AM) salientou que os problemas da Amazônia exigem políticas de curto prazo, com a colaboração dos governos federal, estadual e municipais. Ele argumentou que as atuais políticas para a área ambiental deverão produzir efeitos dentro de 20 ou 30 anos, e que as questões da região são urgentes e não podem esperar tanto tempo.

Debatedores pedem mudança no Código Florestal

Na audiência pública, os representantes do Ministério da Agricultura, Derli Dossa; da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Almeida; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, defenderam a revisão da legislação ambiental brasileira, em especial do Código Florestal, de 1965.

Na opinião de Derli Dossa, o governo deve atualizar a legislação do setor e adotar medidas para permitir a legalização das propriedades rurais que se encontram em situação irregular. Segundo ele, o objetivo é fazer com que todos os produtores da Amazônia consigam atender às normas ambientais para que possam produzir e gerar riquezas para a região.

Compensação

Na avaliação de Anaximandro Almeida, o desmatamento na Amazônia não é ação apenas de uma categoria, sendo praticado tanto por pequenos como por grandes produtores e por assentados de reforma agrária. Ele defendeu a adoção, pelo governo, de medidas que permitam a compensação, aos produtores rurais, de investimentos voltados à preservação ambiental feitos na propriedade.

– Faltam políticas que incentivem o não-desmatamento, como recursos para a preservação de áreas de preservação permanente. Apenas a fiscalização não é suficiente, sendo preciso também o incentivo aos que produzem dentro da lei e que preservam o ambiente.

O representante da Contag, Antoninho Rovaris, também criticou a legislação ambiental. De acordo com Rovaris, a ocupação da Amazônia foi feita com incentivos para o desmatamento, conforme legislação da época.

– Hoje, vem outra legislação e quer mudar essa situação num curto espaço de tempo. A Contag defende a revisão do aparato normativo do meio ambiente para que cada localidade tenha condições de se adequar às regras – argumentou. Rovaris.

A audiência foi proposta em requerimentos apresentados em fevereiro e março pelos senadores Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da CRA; Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Jefferson Péres, falecido este ano, e pelo então senador Sibá Machado.

Camata elogia o novo Plano Estratégico de Defesa Nacional

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou da tribuna o novo Plano Estratégico de Defesa Nacional, elaborado pelo Ministério da Defesa e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. Segundo ele, a iniciativa representa “uma radical mudança no pensamento de defesa brasileiro”.

Camata lembrou que o Plano Estratégico de

Defesa Nacional foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de setembro para ser analisado por ele, que discutirá o teor do documento com o Conselho de Defesa Nacional.

– O plano prevê não só a defesa da fronteira do país do ponto de vista físico, mas também a defesa da fronteira quando entra a droga, a arma, e a defesa do cidadão brasileiro fora da

divisa do Brasil quando ele é injustamente atacado e agredido – resumiu Camata.

Gerson Camata salientou que o novo plano é focado na organização e orientação das Forças Armadas, na reconstrução da indústria nacional de defesa e na composição dos recursos humanos das Forças Armadas.



Determinação foi aprovada pela Comissão de Educação, que deu também voto favorável a projetos que autorizam a criação de escolas técnicas

Freqüência mínima em universidade

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte acolheu ontem parecer do senador Romeu Tuma (PTB-SP) favorável a projeto de lei do então senador Wilson Matos, com emenda de Flávio Arns (PT-PR), que determina a freqüência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação dos alunos em cursos de ensino superior. O texto original fixava em 85% esse percentual.

Ao debater o projeto (PLS 387/07), Marisa Serrano (PSDB-MS) opinou que a matéria é contrária ao espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.304/96–, que defende a necessidade de as universidades terem liberdade de controlar a freqüência dos alunos. Essa restrição, observou a parlamentar, foi amenizada em razão da emenda de Flávio Arns, que reduziu a freqüência exigida para aprovação dos universitários em cada disciplina.

Qualidade

Na justificativa, Wilson Matos sustenta que a qualidade do ensino inegavelmente depende do maior tempo dedicado às atividades acadêmicas. O relator lembra que, de acordo com a LDB, existe a possibilidade de abreviação dos cursos para os estudantes que apresentarem “extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e de outros instrumentos de avaliação específicos”.

Ao argumentar a favor da emenda, Tuma afirma que, “até por razões de lógica e de paralelismo, a exigência de freqüência mínima para os estudantes do ensino superior deve manter coerência com o limite estabelecido pela LDB para a educação básica”. Como relator, ele apresentou subemenda de redação à proposta de Flávio Arns determinando que o controle de freqüência deverá ficar a cargo da instituição de ensino superior.

O projeto foi aprovado em decisão terminativa.



Ideli Salvatti, Gerson Camata e Marisa Serrano, autora do projeto, discutem as implicações da aprovação da proposta

Creche em conjunto habitacional financiado com recurso público

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) acolheu ontem proposta que torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais financiados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e que sejam destinados à população de baixa renda. O texto aprovado é um substitutivo de Marconi Perillo (PSDB-GO) a projeto de lei (PLS 69/08) de Marisa Serrano (PSDB-MS).

O projeto original propõe alterações no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). No entanto, por entender que a política habitacional é objeto da lei que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei 11.124/05), o relator apresentou voto favorável ao texto na forma de substitutivo, modificando essa norma legal. A senadora disse concordar com a mudança proposta por Marconi.

A matéria determina que “a cons-

cessão de financiamentos públicos para projetos de construção de conjuntos habitacionais de interesse social de grande porte fica condicionada à inclusão, no plano urbanístico, de estabelecimento de educação infantil, quando o sistema de ensino público não dispuser de infra-estrutura adequada para absorver a correspondente demanda”. O relator quer que a lei decorrente do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Manutenção

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Ideli Salvatti (PT-SC) e Renato Casagrande (PSB-ES), entre outros, abordaram a questão da manutenção e do custeio das creches. A autora do projeto afirmou que, pela lei, a educação das crianças em idade de creche é obrigação das prefeituras.

Quanto ao problema levantado

por senadores de que essas instituições podem virar “elefantes brancos” caso as prefeituras não assumam a manutenção dos estabelecimentos, o presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse acreditar que, quando construídas, a comunidade pressionará as prefeituras para fazê-las funcionar.

Marisa Serrano argumentou durante a reunião que, de acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a falta de investimentos em educação infantil é uma das causas do aumento da criminalidade. A oferta de equipamentos urbanos e comunitários, incluindo serviços públicos adequados aos interesses e às necessidades da população, está prevista no Estatuto da Cidade, observou a senadora.

A proposição segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Semana da visão e da audição deve ser comemorada em março

Com o objetivo de estimular a realização de exames de acuidade visual e auditiva nos alunos da educação infantil e do ensino fundamental, deverá ser criada a Semana Nacional da Visão e da Audição. A medida consta do projeto (PLS 562/07) de Alvaro Dias (PSDB-PR) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta, relatada por Mão Santa (PMDB-PI), estabelecia inicialmente a criação da Semana Nacional da Visão, destinada aos estudantes do ensino fundamental, a ser celebrada anualmente na primeira semana de março. Flávio Arns (PT-PR) apresentou emenda, acolhida pelo relator, que estende a abrangência da proposta à questão auditiva. Arns sugeriu ainda a inclusão dos alunos da educação infantil.

Também foi aprovado em decisão terminativa projeto (PLS 310/08) de Marco Antônio Costa (DEM-TO) que instituiu o Dia Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística. Doença genética crônica, que compromete principalmente os sistemas respiratório, digestivo e reprodutor, a fibrose cística pode ser diagnosticada logo após o nascimento do bebê, por meio do teste do pezinho. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a aprovação do projeto.

Outra proposta (PLS 67/08) aca-

tada em decisão terminativa, de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), autoriza o Executivo a ofertar, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, curso de nível médio para a formação de técnicos no setor. O relator foi Renato Casagrande (PSB-ES).

Quatro outros projetos acolhidos em decisão terminativa autorizam o Poder Executivo a criar escolas técnicas. O primeiro (PLS 130/08), de Expedito Júnior (PR-RO), permite a instituição da Escola Técnica de Mamoré (RO). O segundo (PLS 161/08), do mesmo autor, autoriza o estabelecimento da Escola Técnica de Espigão do Oeste (RO).

Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CE, foi o relator *ad hoc* dos dois outros projetos aprovados, ambos de Adelmir Santana (DEM-DF), que autorizam a criação das escolas técnicas de Samambaia (PLS 168/08) e Planaltina (PLS 167/08), no Distrito Federal.

A comissão acolheu ainda projeto (PLC 57/08) que denomina Rodovia Federal Apolônio de Carvalho trecho da BR-262 entre Campo Grande e Corumbá, em Mato Grosso do Sul.

Três requerimentos foram também aprovados para realização de audiências públicas sobre o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), a “Primeira Infância e Cultura da Paz” e o Sistema Nacional Público de Formação de Professores.

Violência nas escolas preocupa senadores

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ressaltou logo no início da reunião de ontem a publicação, pelo jornal *Correio Braziliense*, de uma série de reportagens sobre a violência nas escolas no Distrito Federal.

As reportagens, assinalou o parlamentar, relatam a presença de gangues nas escolas e a utilização, pelos jovens, de armas e drogas.

– As matérias nos deixam horrorizados – afirmou.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que o problema das drogas também atinge o estado do Espírito Santo. Ele relatou que traficantes agrediram recentemente uma professora que havia feito uma crítica ao uso das drogas.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) também registrou agressões a professores na periferia de São Paulo. Por sua vez, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) alertou para o risco de agravamento da violência nos próximos anos.

Dia e semana de combate às drogas

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, substitutivo do senador Magno Malta (PR-ES) a projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que trata da criação do Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes. A proposta também institui a Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes.

O parecer de Magno Malta foi apresentado, na reunião, pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que fez a leitura do texto de Paim (PLS 73/08), acolhido no parecer de Malta, fixa o dia de combate às drogas e aos entorpecentes em 26 de junho. E a semana que contiver essa data será adotada para a mobilização nacional contra as drogas.

O relator argumenta, em seu parecer, que o substitutivo tem como objetivo resolver alguns problemas de técnica legislativa. Como exemplo, citou o artigo 1º do projeto, que faz referência apenas ao “dia”, quando também deveria, na sua avaliação, referir-se à “semana”.

Eventos

De acordo com Magno Malta, a matéria deve conter a determinação de o poder público promover eventos destinados a cumprir a finalidade básica da proposta. Com esse objetivo, Malta incluiu no substitutivo o artigo 4º, para prever ações de combate às drogas e aos entorpecentes.

Paulo Paim defende, na justificativa do projeto, que tanto o dia como a semana sejam utilizados para a realização de campanhas contra as drogas lícitas e ilícitas, “pois elas acabam com o futuro, levando inclusive à morte”.